

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2017 a DEZEMBRO/2017**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Nota1)	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.425.305.532,82	-
Pessoal Ativo (Nota 2)	1.183.488.108,04	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	241.817.424,78	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(270.510.214,78)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(28.692.790,00)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	(241.817.424,78)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.154.795.318,04	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
REC EITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.512.144.300,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 3º, art. 166 da CF)	(1.044.099,60)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.511.100.200,83	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	1.154.795.318,04	5,37
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.290.666.012,05	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.226.132.711,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.161.599.410,85	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 23/01/2018.

Nota1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota2. Foi deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o montante de R\$ 632.457,57, referente as receitas de ressarcimento de pessoal à disposição arrecadadas pelo Poder, consideradas aquelas cujo ingresso ocorreu no período de jan/17 a dez/17, relativas ao período de competência do relatório, consoante previsto no MDF - 7ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota3. O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de jan/17 a dez/17 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 79.680.244,26. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 241.817.424,78, limitado este ao total da referida despesa. Acórdão T.C. nº 1352/13.

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Francisco José Freitas de Abreu Santos

Diretor Financeiro

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria